

“A QUEBRADA É DO MORADOR, NÓS SÓ ADMINISTRA”:
racionalidades do matar no Piauí contemporâneo (2023 - 2024).

Elton Guilherme dos Santos Silva (Ciências Sociais (UFPI),
Núcleo de Pesquisa em Crianças, Adolescentes e Jovens
(NUPEC) e Rede de Observatórios da Segurança),
eltonguilherme56@email.com

RESUMO

Entre 2023 e 2024, o Piauí registrou queda nos homicídios, mas aumento expressivo nas tentativas de chacina, que cresceram exponencialmente. O artigo analisa essa mudança como reconfiguração das racionalidades do matar, em que a violência se expressa menos pelo extermínio direto e mais pela administração do medo, tentativas de chacinas e desaparecimentos. Articulando Foucault, Mbembe, Clóvis Moura e Silvio Almeida, discute-se a necropolítica e o racismo de Estado como fundamentos de um poder que decide quem pode morrer e quem deve viver sob risco iminente de morte. As tentativas de chacina e os desaparecimentos são interpretados como práticas de coerção e controle territorial que revelam uma pedagogia da violência e uma soberania compartilhada entre Estado e crime nas periferias piauienses.

Palavras-chave: Chacina; Tentativa de Chacina; Necropolítica; Racismo de Estado; Violência Periférica.

1 INTRODUÇÃO

Entre 2023 e 2024, o Piauí registrou um crescimento expressivo nas ocorrências classificadas como chacinas e tentativas de chacina, conforme dados sistematizados a partir de portais de notícias e registros da Secretaria de Segurança Pública do Piauí. Embora o número absoluto de chacinas consumadas tenha permanecido baixo (quatro casos), o número de tentativas de chacina saltou de 13 para 59 no mesmo período, um aumento assustador. Esse dado revela uma mudança nas dinâmicas da violência letal e nos modos de matar que marcam o presente das periferias piauienses.

Mais do que uma mera variação estatística, esse fenômeno indica mudanças nas racionalidades que orientam a prática do homicídio e suas tentativas deslocando a ênfase da eliminação física total para a produção de medo, vingança e controle. Nesse sentido, a “tentativa” não deve ser interpretada como fracasso, mas como ato performativo do poder armado que se territorializa e regula as relações locais. Este trabalho dialoga com reflexões que

serão aprofundadas em publicação futura, mas apresenta um recorte analítico específico, voltado à análise das transformações recentes nas racionalidades da morte no Piauí, entre a redução dos homicídios registrados e o aumento simultâneo das tentativas de chacina e desaparecimentos.

O objetivo é compreender como o Estado, o crime e o território articulam-se na produção social da descartabilidade e como o poder de matar se reconfigura em meio à disputa por legitimidade e controle. A análise parte da hipótese de que as tentativas de chacina não são falhas do matar, mas mecanismos de intimidação coletiva, expressando uma pedagogia do medo e uma regulação política dos corpos periféricos, através da violência armada, ameaças e tentativas de chacinas. A leitura dos indicadores recentes de segurança pública no Piauí cede uma compreensão mais complexa do fenômeno da violência: a redução dos homicídios não significa a redução da violência e violação de direitos.

Ao contrário, o que se observa é uma mudança na superfície visível da morte. Enquanto as estatísticas oficiais registram queda nos homicídios consumados, há crescimento expressivo das tentativas de chacina e dos casos de desaparecimento, o que sugere que a morte se desloca para zonas de invisibilidade, seja por meio de corpos que não reaparecem, seja por práticas de execução que não resultam em óbito imediato.

A morte física é substituída pela exibição da tentativa, formas que cumprem o mesmo papel disciplinador e de controle territorial. Assim, a aparente pacificação revelada nas estatísticas oficiais é, em verdade, efeito de uma invisibilização da violência, na qual a ausência de cadáveres não implica ausência de práticas letais. Essa dinâmica pode ser lida pela lente conceitual de Achille Mbembe (2018), quando define a *Necropolítica* como o poder de “decidir quem deve viver e quem deve morrer”, inclusive pela negação da própria evidência da morte. No Piauí contemporâneo, essa gestão necropolítica se expressa tanto na produção de desaparecimentos quanto na proliferação de tentativas de chacina, revelando uma administração seletiva da letalidade juvenil piauiense.

Pensar a racionalidade do matar no Piauí contemporâneo exige mover-se para além da contabilidade de corpos no necrotério. O problema não é quantos morrem, mas como a morte é administrada, distribuída e legitimada. Em Foucault (2008), o racismo de Estado não é uma ideologia, mas a tecnologia que permite à biopolítica funcionar. É por meio da separação entre quem deve viver e quem pode morrer que o Estado garante o seu próprio direito de matar em nome da vida. Mbembe captura essa mesma lógica e a empurra para o seu extremo: quando o

poder de “fazer viver e deixar morrer” se torna o poder de “produzir a morte como forma de governo”, o que emerge é a necropolítica um regime em que a vida do outro é governada pela iminência da sua destruição.

Mas é em Clóvis Moura (1988) que esse mecanismo ganha corpo histórico. A política de morte que Foucault intui e que Mbembe teoriza não nasce no século XX, mas na colonialidade racial brasileira. Moura mostra que o projeto de nação é fundado sobre o genocídio negro: o Estado moderno herda, reconfigura e se legitima como dispositivo de controle social. Quando, no Piauí, um jovem negro desaparece e sua ausência não causa escândalo, é esse mesmo Estado que, em silêncio, renova o pacto colonial.

Silvio Almeida (2019) tensiona essa herança ao mostrar que o racismo não é uma distorção moral da modernidade, mas sua arquitetura jurídica e econômica. A gestão racial da vida, que Foucault chama de biopolítica e Mbembe de necropolítica, encontra no capitalismo periférico brasileiro sua expressão mais completa: um Estado que administra populações descartáveis em nome da segurança e do lucro. No campo empírico, essa administração se traduz nas políticas de segurança pública que decidem onde o Estado mata e onde o Estado se ausenta, isto é, quem é matável e quem é deixado para morrer.

O verbo *administrar* carrega aqui a racionalidade necropolítica: governar a vida e a morte dos outros, equilibrar o fluxo do medo, decidir quando o tiro deve apenas avisar e quando deve matar. Nesse sentido, o Estado e o crime se sobrepõem, não como opostos, mas como engrenagens complementares da mesma tecnologia de poder letal.

2 ENCRUZILHADA METODOLÓGICA

Os dados analisados referem-se a registros de chacinas e tentativas de chacina no Piauí entre 2023 e 2024. As variáveis consideradas foram: qualificadora da ocorrência, cidade e circunstância do evento. A partir delas, foram construídas tabelas que permitiram observar padrões temporais e territoriais da violência. O material quantitativo foi articulado a uma leitura fundamentada na literatura sobre violência urbana, faccionalização e necropolítica, com especial atenção às formas de regulação social exercidas por grupos armados em contextos de vulnerabilidade.

A investigação parte da ideia de que compreender o matar no Piauí contemporâneo exige posicionar-se em uma encruzilhada metodológica, um ponto de intersecção entre dados

empíricos, teoria crítica e trânsito territorial. Mais do que uma escolha técnica, essa encruzilhada é uma opção política de leitura: reconhecer que a produção do conhecimento sobre a violência é também uma forma de disputar sentidos sobre quem morre, quem fala e quem é ouvido, quem escreve e quem é lido. A pesquisa combina uma abordagem que articula procedimentos quantitativos e qualitativos. No eixo quantitativo, os dados foram sistematizados a partir de registros públicos de reportagens monitoradas pela Rede de Observatórios da Segurança e pelo Observatório de Segurança Pública do Piauí, compreendendo o período de 2023 a 2024. As variáveis analisadas (qualificadora da ocorrência, cidade e circunstância do evento), permitiram identificar padrões territoriais, variações temporais e dinâmicas de concentração espacial da violência. No eixo qualitativo, a análise buscou interpretar o sentido político das tentativas de chacina, deslocando o olhar da contagem de corpos para as formas de administração da morte.

A violência é compreendida não como desordem, mas como linguagem política e instrumento de regulação social, expressão de uma soberania difusa compartilhada entre Estado e crime. A encruzilhada metodológica, portanto, não é apenas o cruzamento entre métodos, mas a esquina epistemológica que deixa se atravessar pela rua da teoria e da realidade, ou seja, da estatística oficial, que conta, e a da realidade periférica, que grita. O método assume o risco da contradição, reconhecendo que os números dizem, mas não explicam; e as narrativas revelam o que o dado omite. Essa postura reafirma o compromisso ético e político da pesquisa com a visibilidade das vidas que a estatística tende a silenciar.

Os dados mobilizados nesta pesquisa foram sistematizados a partir de plataformas oficiais de segurança pública, relatórios da Rede de Observatórios da Segurança, além de matérias jornalísticas publicadas em portais locais e nacionais. Essa triangulação de fontes permite compreender não apenas a materialidade dos números, mas também as formas de enunciação da violência - como o Estado e a mídia constroem o discurso da redução da letalidade. Entre 2023 e 2024, as estatísticas oficiais indicaram redução das mortes violentas intencionais no Piauí, tendência amplamente divulgada por secretarias e portais institucionais. Contudo, ao mesmo tempo em que os homicídios recuam, observou-se crescimento expressivo nas tentativas de chacina e uma ampliação do número de desaparecimentos, fenômeno que ganha força nos dados mais recentes de 2025.

Essa leitura integrada revela uma contradição central: o discurso da “redução da letalidade” se sustenta à custa da invisibilização de outras formas de morte social. O desaparecimento emerge, assim, como categoria estratégica de gestão necropolítica, substituindo o cadáver visível pela ausência estatística. A morte continua a operar, mas agora sob a forma da não aparição, deslocando-se para zonas cinzentas de contabilização e responsabilidade. Desse modo, o trabalho se apoia em uma metodologia que combina rastreamento de registros públicos, leitura crítica da mídia e análise comparativa dos dados oficiais, compreendendo que os portais e plataformas estatais não apenas informam, mas produzem versões do real. Nessa encruzilhada entre dado, silêncio e discurso, o objetivo não é apenas medir a violência, mas permite acompanhar tendências de violência a partir de fontes abertas, ampliando a transparência e a capacidade de diagnóstico local, sobretudo em contextos onde há subnotificação ou ausência de dados consolidados.

No caso do Piauí, a Rede adota definições operacionais precisas: chacina é todo evento violento em que três ou mais pessoas são mortas no mesmo local e ao mesmo tempo, enquanto tentativa de chacina corresponde a episódios em que uma ou duas pessoas foram mortas e pelo menos uma outra ficou gravemente ferida, ou quando várias pessoas foram feridas sem registro de óbito. Essa classificação, inspirada na tipologia proposta por Ramos e Toledo Costa (2024), busca qualificar a natureza coletiva e o impacto social dessas ocorrências, permitindo compreender a chacina como mensagem política e a tentativa como dispositivo de intimidação, medo, controle e vingança.

3 TENTATIVA DE CHACINA COMO EXECUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A análise indica que, enquanto as chacinas diminuíram (de 3 para 1), as tentativas multiplicaram-se quase cinco vezes. Esse deslocamento quantitativo sugere uma racionalização da violência, na qual matar deixa de ser o único meio de afirmar o poder. O gesto de tentar ferir, alvejar, demonstrar a capacidade de eliminar torna-se um ato comunicativo, um recado dirigido a inimigos, rivais e populações locais. Em termos foucaultianos, poderíamos ler esse fenômeno como microfísica da punição, na qual o castigo e o medo substituem a morte imediata como forma de disciplinar corpos e territórios. A tentativa, portanto, emerge como estratégia de coerção social, e não como expressão de erro:

Tabela 1 – Evolução anual das chacinas e tentativas (2023 - 2024)

QUALIFICADORA	2023	2024	TOTAL GERAL
Chacina	3	1	4
Tentativa de Chacina	13	59	72
TOTAL GERAL	16	60	76

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

As tentativas de chacina representam 94,7% das ocorrências, evidenciando que a violência se expressa mais como *ameaça e demonstração de força* do que como extermínio consumado. A Distribuição das Circunstâncias: “Execuções”, correspondem a quase metade (47,4%) das ocorrências, seguidas de casos ligados a conflitos entre grupos rivais (23,7% somando suas variantes). Isso reforça o caráter faccional e seletivo da violência no Piauí, com predomínio da execução como linguagem de poder. Teresina concentra 71,2% dos registros, seguida de Parnaíba (11,5%) e Cajueiro da Praia (9,6%). Esse padrão confirma a centralidade da capital e a expansão da violência para o litoral norte, zonas de presença crescente de redes criminais e mercados ilícitos.

Tabela 2 - Distribuição territorial

CIDADE	2023	2024	TOTAL GERAL
Teresina	8	29	37
Parnaíba	2	4	6
Cajueiro da Praia		5	5
Luís Correia	1	2	3
Luzilândia	1	1	2
Altos		2	2
Picos	2		2
Piripiri		2	2
Picos	2		2
Marcolândia		1	1

Alto Longá		1	1
Ipiranga do Piauí		1	1
Bom Jesus		1	1
Baixa Grande do Ribeiro	1		1
Boqueirão do Piauí		1	1
Barras		1	1
Ilha Grande		1	1
Campo Maior		1	1
São José do Divino		1	1
Canto do Buriti	1		1
Simplicio Mendes		1	1
Corrente		1	1
Acauã		1	1
Dom Expedito Lopes		1	1
TOTAL GERAL	16	60	76

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

A distribuição espacial dos dados reforça essa interpretação. Teresina concentra 37 dos 76 casos, consolidando-se como epicentro da letalidade e da ameaça. Entretanto, o mapa de 2024 revela a expansão para municípios do litoral e do interior, como Parnaíba, Cajueiro da Praia, Altos e São Raimundo Nonato. Essa interiorização não é aleatória: reflete a difusão de mercados ilícitos e a presença de redes criminais em expansão, onde as tentativas operam como ferramenta de controle e aviso. Nesse contexto, o ato de tentar matar cumpre uma função política e simbólica: enviar mensagens, reafirmar domínios e ajustar fronteiras faccionais. A multiplicação das tentativas, portanto, traduz a consolidação de uma ordem armada descentralizada, onde a gestão da vida e da morte é distribuída entre múltiplos atores e territórios.

TABELA 3 - Circunstâncias das ocorrências

CIRCUNSTÂNCIA	2023	2024
Conflito entre grupos rivais	0	4
Conflito entre grupos rivais, Execução	3	11
Conflito entre grupos rivais, Outro(s)	0	1
Conflitos agrários ou ambientais	0	1
Execução	1	35
Execução, Não foi possível identificar	4	0
Execução, Outro(s)	0	1
Não foi possível identificar	7	5
Não foi possível identificar, Outro(s)	1	0
Outro(s)	0	2
Total	16	60

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

A categoria “execução” domina as ocorrências de 2024 (35 registros), seguida por 11 casos que combinam execução e conflito entre grupos rivais. Isso indica uma especialização do matar, na qual os homicídios deixam de ser expressão de conflito espontâneo e passam a representar ações reguladas, seletivas e estratégicas. Como observa Achille Mbembe (2018), a necropolítica contemporânea não se define apenas pelo poder de matar, mas pela administração diferencial da exposição à morte. No caso piauiense, as tentativas de chacina configuram uma necropolítica de baixa intensidade, onde a mensagem é o medo e a disciplina coletiva substitui o extermínio imediato.

Esse movimento expressa uma reconfiguração da racionalidade do matar. A morte física é substituída pela morte social, pelo apagamento do corpo ou pela exibição da tentativa, formas que cumprem o mesmo papel disciplinador e de controle territorial. Assim, a aparente

pacificação revelada nas estatísticas oficiais é, em verdade, efeito de uma invisibilização da violência, na qual a ausência de cadáveres não implica ausência de práticas letais. Em termos sociológicos, essa dinâmica pode ser lida à luz de Achille Mbembe (2018), quando define a *necropolítica* como o poder de “decidir quem deve viver e quem deve morrer”, inclusive pela negação da própria evidência da morte. No Piauí contemporâneo, essa gestão necropolítica se expressa tanto na produção de desaparecimentos quanto na proliferação de tentativas de chacina, revelando uma administração seletiva da morte e da visibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem da chacina à tentativa não expressa uma redução da violência, mas a reconfiguração de suas formas e sentidos. O ato de matar cede lugar ao gesto de quase matar, em que a vida poupada torna-se lembrança da vulnerabilidade. O Piauí contemporâneo testemunha, assim, o surgimento de uma violência pedagógica, em que o sofrimento e a ameaça se tornam instrumentos de governo informal das populações periféricas. Em síntese, as tentativas de chacina constituem hoje uma nova racionalidade do matar: menos espetáculo de morte, mais administração do medo; menos extermínio, mais controle. Esse deslocamento revela o amadurecimento das lógicas criminais e o enfraquecimento das respostas estatais configurando um cenário em que a tentativa se torna o novo idioma do poder armado. É importante destacar que este trabalho é fruto de investigações qualitativas realizadas nas periferias e na imprensa cearense sobre os casos de chacina, no Estado, de um modo específico, e sobre dinâmicas da violência letal, de forma geral esse movimento expressa uma reconfiguração da racionalidade do matar.

A **Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP-PI)** divulgou que, em **abril de 2025**, o estado registrou o **menor número de homicídios dolosos dos últimos cinco anos**: uma queda de 36,73 % em comparação ao mesmo mês de 2024, com 31 casos registrados contra 49 no ano anterior. Em Teresina, essa redução foi ainda mais pronunciada, alcançando quase 46 % no período. (ssp.pi.gov.br). Relatórios consolidados da SSP-PI apontam que, ao longo de 2025, as mortes violentas intencionais (MVI) apresentaram tendência de **queda consistente**, com índices absolutos e taxas por 100 mil habitantes entre os menores da década, refletindo a eficácia das ações integradas de segurança pública no estado. (ssp.pi.gov.br). Esses dados têm

sido amplamente divulgados em plataformas oficiais e matérias, reforçando a narrativa de pacificação nos principais indicadores de letalidade violenta no Piauí.

Levantamentos recentes com base nos dados do **Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp)** mostram que, em **2025**, o Piauí registrou **744 pessoas desaparecidas**, o que representa uma média de cerca de **dois desaparecimentos por dia** ao longo do ano. Desse total, um número significativo envolve crianças e adolescentes, destacando a vulnerabilidade de segmentos jovens da população. ([Cidades na Net](#)). O crescimento dos desaparecimentos em 2025, enquanto os homicídios diminuem e indica que a violência letal pode estar se deslocando para formas de pagamento e invisibilidade estatística, fenômeno que dialoga com a tua argumentação teórica sobre necropolítica e a administração da morte.

A queda dos homicídios e elevação dos desaparecimentos oferecem suporte empírico para a ideia de que a redução aparente de letalidade não representa necessariamente um enfraquecimento da violência. Em vez disso, aponta para uma reconfiguração das formas de violência letal, em que: I) A morte física consumada dá lugar a fenômenos de desaparecimento e tentativas de chacina como modalidades de ameaça e controle; II) O discurso institucional de “redução da violência” circula sobre uma realidade em que as vidas permanecem sob risco, mas de maneiras menos visíveis ou mensuráveis pelos principais indicadores e III) Esse deslocamento pode ser interpretado como parte de uma necropolítica de baixa visibilidade, em que corpos desaparecidos e tentativas não computadas substituem a cena tradicional do homicídio.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- PIAUI registra o menor número de homicídios dos últimos cinco anos em abril de 2025. *Secretaria da Segurança Pública do Estado do Piauí*, Teresina, 02 maio 2025. Disponível em: <https://www.ssp.pi.gov.br/piaui-registra-o-menor-numero-de-homicidios-dos-ultimos-cinco-anos-em-abril-de-2025/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

Piauí registrou dois desaparecimentos por dia em 2025; mais de 100 eram crianças e adolescentes. *Cidades na Net*, 28 jan. 2026. Disponível em: <https://cidadesnanet.com/portal/geral/piaui-registrou-dois-desaparecimentos-por-dia-em-2025-mais-de-100-eram-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

RAMOS, Paulo César; TOLEDO COSTA, Sofia Helena Monteiro de. *As raízes do conflito social: construindo uma tipologia das chacinas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2024. (Projeto Reconexão Periferias).